



MATAR NOSSOS DEUSES

TO KILL OUR GODS

Solange Maria Carmo*
Eduardo César Rodrigues Calil**

O título deste texto não é original. Foi copiado do livro do José Maria Mardones, teólogo espanhol, cuja leitura recomendamos (MARDONES, 2015). Também Mardones não inaugurou a ideia. Os filósofos da suspeita, fazendo um diagnóstico da época, já tinham falado sobre a morte de Deus. É no filósofo alemão Nietzsche (2003) que encontramos a declaração: *Deus está morto*. Essa declaração está fundamentada em duas razões que não devemos escamotear.

A primeira delas é a de que, ao perceber que a modernidade havia produzido a ciência, a técnica e a tecnologia, Deus não seria mais necessário, nem solicitado para explicar a natureza, nem a razão das coisas. O ser humano poderia se sentar, finalmente, no trono vazio que Deus ocupara um dia – e ele o fez, sem pudores. A ciência conseguiria, desde então, dar explicações para o que antes era chamado de *vontade de Deus*, por pura incúria reflexiva ou por não passar de um enigma ainda não desvendado. Assim sendo, o *mistério* não seria o avesso à cientificidade, mas um estágio pré-científico. O que era chamado de Deus era apenas o que não se podia explicar. No amanhecer da ciência e da técnica, Deus podia morrer em paz. Essa declaração da modernidade se deu graças ao mito da ciência como fonte da verdade; todo discurso que não pudesse explicitar e evidenciar seu fundamento deveria ser considerado um estágio arcaico e superado da cientificidade.

A segunda razão diz respeito à própria vivência do cristianismo. Para Nietzsche, o único cristão havia morrido na cruz. Todo o cristianismo subsequente seria nada mais do que ressentimento, uma moral de escravos, uma moral de rebanho, onde a vontade e os

* Doutora em Teologia (FAJE-BH), Mestre em Teologia (FAJE-BH), professora da PUC Minas e do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA). Brasil. ORCID: 0000-0002-7993-2673. E-mail: carmosolange@gmail.com

** Graduado em Teologia (FAJE-BH), bacharel em Filosofia (PUC Minas Uberlândia) e graduando em Psicologia pela Faculdade Pitágoras Uberlândia. Brasil. ORCID: 0000-0002-0498-222X. E-mail: sem.eduardocesar@hotmail.com

desejos deveriam ser subjugados. Para ele, os cristãos eram infelizes, pareciam sair de suas igrejas como quem tinha acabado de celebrar um luto. Portanto, o Deus deles só poderia estar mesmo morto. Esse Deus paladino da moral, do qual Paulo foi ardente pregador, segundo Nietzsche (2003), não dança, mas põe em causa uma religião de culpados. A vida enlutada dos cristãos, portanto, sinal de um cristianismo corroído, só poderia ser evidência inequívoca da morte de Deus.

Entretanto, o que a contemporaneidade assistiu em seguida, um pouco estarrecida e estupefata, foi ao retorno do sagrado. Após todo desencantamento e toda explicação científica possível até o exato momento, após a ciência ter se mostrado incompetente para responder a toda pergunta e os brilhos da razão terem se mostrado opacos, estamos acompanhando o retorno do religioso, do espiritual e do místico. A razão não produziu a salvação do ser humano; ao contrário, depois do esclarecimento e da autonomia, a humanidade quase engendrou seu próprio fim, haja vista as atrocidades das duas guerras mundiais. Todavia, o moderno-contemporâneo retornou ao sagrado, mas sem contrair vínculos institucionais. Longe das regras e da moral das Igrejas, a religião se converteu, de certa maneira, num lugar de encontrar satisfação e apaziguamento para as angústias. A relação com Deus, nessas circunstâncias, encontra-se muito ligada ou ao êxtase, à experiência de derramamento emocional, ou à prosperidade. Seja como for, Deus voltou, ou pelo menos, desenterramo-lo dos escombros da história.

Quando falamos em Deus, entretanto, não é fácil descrever de quem estamos falando, exatamente. São muitas as imagens de Deus. São muitas as imagens bíblicas, por exemplo, nas Sagradas Escrituras, onde há uma verdadeira polifonia em que a própria compreensão de Deus progride. Depois, os tempos, os enraizamentos históricos produziram algumas imagens de Deus. Alguns poderão objetar que Deus não é produto da cultura e que, portanto, não poderá estar submetido aos culturalismos. Mas é mais ou menos isso que fica subentendido no conceito de Tradição quando assentimos que, para os problemas epocais, respostas igualmente epocais foram dadas, tendo sempre como chave de leitura para os problemas a vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Ou seja: nossas respostas aos problemas históricos consentiam com os problemas de cada época, se não para abraçá-los, para rechaçá-los. E Deus mesmo só poderia ser dito com as nossas efígies linguísticas; algumas delas, mais cedo ou mais tarde, ficariam obsoletas. Deus não é produto da cultura – não para aqueles que têm fé –, mas a linguagem com que o falamos, bem como os problemas circunstanciais a que demos resposta com nossa tradição, esses o são, infalivelmente. Essas imagens que fomos apresentando de Deus ao longo das épocas não se

foram substituindo umas às outras. Ao contrário, elas se foram depositando umas sobre as outras, como nas antigas catedrais em que uma pintura é realizada sobre a outra, ou como quando se juntam às obras de uma época antiga, outras mais modernas, e elas convivem, sendo de culturas distintas.

Muitas dessas imagens de Deus, porém, não se sustentam. Algumas delas são verdadeiros reflexos de nossa mesquinhez e de nossa pusilanimidade muito mais que uma representação do verdadeiro rosto de Deus. Outras tantas não passam de uma declaração de nossos preconceitos e nossas ignorâncias. Algumas correspondem a uma tentativa falida de conter em nós a agressividade e o desejo. Outras muitas são a personalização de afetos mal resolvidos com nossos genitores. Algumas ainda são apenas artifícios de domínio dos fracos, de submissão dos mais simples, instrumento de domínio das consciências e dos corpos. São uma confissão segredada do desejo de poder humano, uma confissão de seus intentos mais atrozes: controle, onipotência, domínio. Será que não seria conveniente que essas muitas imagens de Deus morressem? Sim. Podemos dizer que de muitas imagens de Deus, somos ateus. Que muitas imagens precisam realmente ser assassinadas. E algumas delas são confessadas por muitos cristãos e religiosos como preciosas e necessárias. É preciso mesmo que muitas imagens de Deus morram, para que o Deus de Jesus Cristo, que permanece vivo para sempre, possa fazer resplandecer sua glória. Afinal, aqueles que creem em Jesus Cristo sabem: “[...] ninguém jamais viu a Deus; o Filho unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou.” (Jo 1,18). Mesmo que ao final restem poucas imagens de Deus, estas serão mais autênticas e mais próximas do Deus de Jesus Cristo, pois estarão livres de mentiras e interesses escusos.

Tendo falido o mito da ciência, cá estamos nós em plena pandemia, sem perspectivas de soluções imediatas. O corvo do mau agouro ronda nossas portas e ruas, anunciando a morte. Hospitais lotados, valas inteiras sendo abertas para depositar os corpos dos acometidos pela covid-19. Profissionais da saúde esgotados, cientistas afoitos à procura da cura ou de uma vacina que evite novas epidemias do vírus, que vai sofrendo mutações e se reinventando. Comércio parados, bolsa de valores despencando. O inimigo invisível tem feito estragos. À batalha contra a visita indesejada, a morte, somam-se outras tantas: a luta contra a desinformação e o obscurantismo; a luta contra o mau-caratismo e a perversão, a luta contra a ignorância religiosa, ou ainda, contra uma pseudoteologia cristã. Essa última é foco de nossa reflexão hoje.

Vivemos anos a fio, desde o fim do catecumenato cristão (século V d.C.) sem uma catequese eficaz. Do século VI ao século XVI, a catequese foi atribuída à cultura por uma

espécie de osmose social. Acreditava-se que, com a sociedade e a família cristãs, a criança automaticamente assimilaria a fé do seu entorno. Assim foi até a Reforma Protestante. Depois, pulularam os catecismos na esperança de corrigir os problemas doutrinários advindos da ruptura com Lutero. De lá para cá, são 500 anos de catequese devocional, doutrinária, moralista e sacramentalista. A renovação catequética, cujo epicentro foi o movimento catequético que precedeu o Vaticano II, bem que tentou fazer mudanças. Mas era muita areia para pouco caminhão. Muitos anos de descaso e de abandono da tarefa evangelizadora para serem enfrentados de uma só vez por uns poucos dedicados a essa tarefa hercúlea. Tantos anos de abandono não deixariam de cobrar seu preço. Não é que a catequese tenha se extinguido na vida da Igreja durante todo esse tempo. Não! Mas no regime de cristandade, que difundia uma cultura permeada pelo simbólico cristão, a Igreja se deu por contente de ver os pais batizando os filhos, os patrões batizando os escravos, os colonizadores instrumentalizando a fé para expandir suas fronteiras, os padres ensinando doutrinas e preceitos morais, a catequese repetindo jargões e lenga-lengas que não correspondiam aos anseios dos ouvintes. Ficou um grande e grave *déficit de iniciação*. As pessoas foram iniciadas sacramentalmente, mas não existencialmente. Receberam os sacramentos da iniciação, mas não foram iniciadas na vida cristã. Foram batizadas, fizeram primeira comunhão, foram crismadas, casaram-se sob as bênçãos de Deus contraindo vínculos matrimoniais sacramentais. Durante sua vida, confessaram-se uma vez por ano pelo menos, fizeram a páscoa anual do Senhor, jejuaram na quarta-feira de cinzas, na quaresma e na sexta-feira da paixão. Tomaram a bênção ao padre, reverenciaram o Santíssimo Sacramento e cresceram em devoção à Virgem Maria. Decoraram os mandamentos e as orações cristãs. Mas, nem por isso, foram iniciados na fé cristã, cujo núcleo é o mistério da páscoa do Senhor.

Esse déficit de iniciação cristã nos condenou a dias difíceis. O descaso com uma evangelização eficaz cobra mais tarde seu preço. Ela gerou a crença num Deus todo poderoso – onipotente, onisciente e onipresente –, uma espécie de um mágico ou curandeiro, um espírito perfeitíssimo intervencionista e voluntarioso, que faz curas, milagres, mas também pune, castiga e vinga sua cólera sobre os humanos. A imagem desse Deus tem contribuído muito para a manipulação das consciências e para a opressão do povo. É um Deus conveniente aos ricos e aos poderosos, mas inimigo dos fracos, sempre subjugados por muitos males para pagar seus pecados.

Em tempos da covid-19, dá verdadeira falta de ar – quase tão grande quanto a causada pelo vírus – ver a teologia que sustenta nossa gente. Uma imagem totalmente distorcida de Deus perpassa as consciências, e a fé ingênua e obscurantista busca Deus para explicar todos

os fenômenos. O medo de ser infectado, somado ao medo do diabo e do fim do mundo, fornece um prato cheio para a imaginação e abduz o resto da razão que poderia sobreviver. Parece que vamos ter de matar Deus de novo, pois ele tem sido posto a serviço dos interesses dos dominadores para amedrontar e ameaçar os incautos. Uma pseudoteologia cristã ganhou espaço nas mídias e nas nossas igrejas, fazendo corar de vergonha a cara de quem ainda tem um mínimo de bom senso.

Em tempos de pandemia, são muitas as possibilidades de equívoco teológico. O primeiro é ver a pandemia como *castigo divino*. Deus estaria irado com o gênero humano e a difusão do vírus seria uma espécie de castigo corretor para o bem do mundo. Assim como fez com o dilúvio no tempo de Noé, Deus estaria também nos dando a chance de recomeçar. Bom, primeiramente é preciso corrigir um equívoco, o de entender a narrativa de Noé como um fato acontecido e não um fato teológico. Só para esclarecer, Noé não é uma pessoa real, mas uma figura que representa toda a humanidade desfigurada e que deve renascer das águas. Como se trata de um relato em que importa o sentido e não a descrição de um evento, o texto joga com exageros: toda a terra se perverteu, Deus só encontrou honra em Noé (humanidade) etc. Por isso a arca é símbolo de um microcosmos, onde se encontram pares de todas as criaturas, além de quatro homens e quatro mulheres. Na Bíblia, quatro é o número do cosmos, pois a Terra era entendida como um tabuleiro com quatro cantos (infelizmente, para alguns, ainda é assim). A arca, portanto, é um microcosmos que emerge em meio ao caótico; é o novo surgindo do bojo do velho. A arca é símbolo do *útero* divino capaz de gestar o novo e pari-lo, mesmo que seja de situações sem esperança. O dilúvio é uma metáfora da ação divina, de um Deus que está sempre disposto a nos ajudar em nossos recomeços; não é extermínio, mas salvação. Além disso, se quisermos nos deter mais um pouco na história de Noé, devemos lembrar que o episódio do dilúvio possui um gênero literário e indica um sentido. Na Sagrada Escritura, o dilúvio é um recurso narrativo de zerar a história e recomeçar uma geração, cuja simbologia é expressa no número quarenta.

Além disso, a compreensão do castigo divino está vinculada a outros relatos bíblicos, nos quais Deus aparece colérico e sanguinário. Tratam-se de antropomorfismos bíblicos. Não sabendo como dizer que Deus não tolera o mal, o povo da bíblia descreve-o com traços humanos. A ideia é *se Deus fosse como nós, faria isso; perderia a paciência, se vingaria etc.* Mas Jesus, aquele que é o rosto de Deus, veio nos ensinar diferente. Deus é amor e não pode nos castigar. Ele é bom para justos e injustos, ama e cuida de bons e maus (Mt 5,44-48).

No caso da pandemia, poderíamos perguntar: Deus está nos castigando exatamente por quê? Pois falar de castigo evoca uma pergunta pela culpa. De um lado, o ser humano se encontra superculpabilizado por conta de uma experiência religiosa que sobreleva o papel do pecado e moraliza a vida com tantas regras, pedindo-nos para viver como anjos, coisa impossível. De outro, há um cansaço entre nós de ser gente, por conta das muitas exigências e pressões para encaixarmo-nos em modelos; há pressão demais pela perfeição, seja ela a dos corpos, a dos sorrisos, a do equilíbrio e da normalidade, a da felicidade perene. Esgarçados entre o pedido de perfeição vindo do moralismo religioso e do perfeccionismo do *self-made man moderno*, sobra a culpa. Superculpabilizado, o ser humano perde as forças. A culpa é só mais um mal que se acrescenta ao mal do erro.

Parecia que já tínhamos entendido que a pedagogia é tanto melhor quanto menos punitiva ela for, mas nada; persiste a mentalidade da punição como instrumento pedagógico. Sabemos, porém, que a punição não extingue perfeitamente os atos ruins e, quando o faz, gera inúmeras consequências negativas. Diferente disso é a correção, mas ela também é problemática quando estamos pensando em Deus. Porque a grave tendência é a de pensar que Deus entra em relação com o mal, para promover o bem. Que Deus admite o mal, desde que o fim desse mal seja um bem para o ser humano. É o famoso ditado: *Deus escreve certo por linhas tortas*, ou daquele outro: *há males que vêm para o bem*. Não: o mal vem para o mal mesmo. A fé, certamente, pode nos ajudar a arrancar algum sentido de experiências extremamente negativas; pode ainda nos ajudar a transfigurar a realidade, e pode nos ajudar na tarefa exigente da criatividade diante do absurdo da vida. Mas daí a Deus punir e castigar, há uma grande distância. Deus só pode nos amar. E porque nos ama, dele só vem o bem. Ele não é como a lua, cheia de fases, diz a Carta de Tiago (1,12-17). Que Deus só pode nos amar, isso não é pouco, pois ele nos ama inteiramente e seu amor é seu tudo.

Outra possibilidade seria entender a pandemia não como castigo de Deus, mas como uma *permissão divina*. Deus, nessa compreensão, não manda o castigo, mas permite que ele se abata sobre nós. Logo, a pandemia viria não diretamente de Deus, mas de nossos pecados ou do poder maligno, conhecido como Diabo ou Satanás. Essa teologia também dá arrepios. Que Deus poderoso é esse que pode evitar o mal humano e não o faz? Seria sádico? Tem prazer com a morte do povo? Tal teologia é totalmente insuficiente. Deus não sente nenhum prazer com a morte ou com o castigo do pecador, já advertia Ezequiel seis séculos antes de Cristo (Ez 18,32; 33,11). Essa visão de Deus não reflete o rosto amoroso de Deus, revelado em Cristo. Deus não manda castigo, nem o permite. Não está feliz de ver a gente em pânico com essa pandemia. Ao contrário, está do nosso lado, sofre conosco, chora cada

perda, nos alimenta na esperança de dias melhores, ilumina nossas trevas com a luz de seu Espírito.

Quem pensa que Deus permite o mal para nosso bem faz leitura equivocada de toda Escritura, especialmente do livro de Jó. Transforma uma novela bíblica em fato real e tira de sua leitura uma mensagem exatamente contrária ao que o escrito quer transmitir. Conta o livro que, certo dia, Satanás apresentou-se a Deus, dizendo-lhe que acabara de dar uma volta na Terra. Deus então pergunta se ele vira por lá um homem justo e íntegro de nome Jó. Satanás respondera que sim, mas que não era à toa que Jó era fiel. O motivo da fidelidade era a ausência de adversidades; Jó não tivera a necessidade de abjurar. Então, Satanás pede permissão a Deus para derrubar o muro que protege Jó de todos os males e Deus o permite fazê-lo. Aí são catástrofes e mais catástrofes. Jó perde seus bens: desde bois, mulas, ovelhas, camelos até seus filhos; todos são dizimados e nada lhe sobra, a não ser a saúde. Não contente, o tentador volta a bater papo com Deus, pedindo dessa vez permissão para lhe ferir o corpo. Permissão lhe é dada e lá vai Jó ficar ferido de muitas doenças, inclusive de chagas purulentas. No livro, não faltam afirmações certeiras quanto à justiça de Jó. Todos podem atestá-la: desde o narrador até Deus e o mundo ao entorno do personagem. Aparecem, porém, uns tais *amigos de Jó* que querem convencê-lo que toda desgraceira é decorrência de algum mal que ele ou seus antepassados cometeram. Os *amigos de Jó* torturam-no psicologicamente com a teologia da retribuição, que, para ser salva, precisa condenar o sofredor. Jó permanece impassível. Não admite que Deus lhe impute qualquer castigo por sua própria culpa ou por deslize daqueles que o precederam. Final da história: Deus se mantém aliado de Jó e se opõe frontalmente àqueles que instrumentaram a teologia para oprimir ainda mais o oprimido. A história de Jó tem grande atualidade. Deus não envia o mal nem o permite. Ainda que não sejamos justos como Jó, não custa esperar o desfecho dessa trágica narrativa que hoje se desenrola. Os *amigos de Jó* ou, em outra expressão, os defensores das distorcidas imagens de Deus, hão de ser desmascarados e punidos. Uma hora a *ficha cai*, como diz nossa gente.

A questão da permissão divina pode ser tratada também em termos lógicos, afinal ele não fez nada para evitar a desgraça. Mas essa formulação lógica esconde uma imagem equivocada. Se Deus pode, mas não faz nada, ele não é benevolente. Se ele sabe como resolver o problema, se ele pode resolver o problema e ainda assim se mantém impassível, logo está pecando por omissão e nos abandonando por negligência. Para esconder essa imagem perversa de Deus, os pseudoteólogos fazem muitos arranjos. Dizem que Deus, em sua onisciência, sabe o cálculo perfeito e o arranjo matemático preciso do sofrimento; que

nada escapa da equilibração da fórmula que o grande arquiteto vive a contrabalancear, com perdas necessárias. Esse Deus matemático e arquiteto é mesquinho, para não dizer sádico. Se Deus não leva em conta a nossa história, as nossas relações e afetos; se somos apenas números que ele efetua, adiciona ou subtrai, tudo para o produto ser perfeito (o mundo), nós diríamos que seu intento é um fracasso, pois a conta não fecha e o mundo é imperfeito, desde sempre. Diríamos também que nossa existência é uma desproporção numérica, totalmente desnecessária, já que o cálculo não se cansa de dar errado. Ao contrário, a genuína teologia cristã afirma que a única motivação para a nossa criação é a graça e o amor transbordantes de Deus. Deus é filantropo, amigo do ser humano, não um operador de sistemas numéricos. Além do mais, um Deus para o qual apenas o futuro importa (o resultado da conta) desperdiça muitas folhas numa operação desnecessária (passado e presente) para chegar ao resultado. Não é sequer um bom matemático.

Outros arranjos para dizer que Deus permite o sofrimento são possíveis. Uma história didática circula no senso comum com o intuito de explicar a permissão divina para o mal em favor do bem. É assim: um pintor estava fazendo uma belíssima obra na parede de uma catedral, a alguns metros de altura, sobre um andaime. Quase terminando-a, ele se afasta para avaliá-la, mas sem perceber, corre o gravíssimo risco de despencar das alturas e morrer. Seu assessor, desde baixo, tenta avisá-lo, mas o pintor não o escuta. Avaliando os riscos, o assessor não demora e lança um pincel embebido em tinta na obra do pintor, manchando-a. Tomado de susto o pintor se aproxima da obra para ver o estrago e se salva da queda. Assim faria Deus: atrapalharia nossas obras, a fim de nos salvar. Mas alguns problemas se escondem nessa imagem piedosa. Primeiro, a imagem carece de coerência. O ser humano seria o pintor da obra, que é o mundo, e o ajudante seria Deus. Nem assessor nem acessório, Deus é parceiro da humanidade na história; a pintura humana é feita em parceria com Deus. Deus não destrói, portanto, sua própria pintura. Segundo, se Deus dispõe de muitos recursos para nos salvar, por que teria que destruir sua obra para fazê-lo? Dentre todos os recursos disponíveis para Deus, custa-nos entender que ele utilize exatamente a destruição da obra humana, que é dele também; muito menos que ele se disponha a destruir a própria humanidade. Se Deus permite a morte e o sofrimento na história pelo bem de parte da humanidade, então ele não é amoroso, mas sádico. Se admite destruir através do coronavírus parte da raça humana, para salvar outra parte, seu recurso é ilógico, sua ação é arbitrária e suas escolhas são perversas. Nesse caso, Deus não amaria a humanidade, mas parte dela, sem dar nenhum sinal de quais são os requisitos para ser amado. Afinal, o

coronavírus não seleciona moralmente quem vai morrer e quem não vai; não morrem só os ditos maus, mas também aqueles que são ditos inocentes.

O que os pseudoteólogos muitas vezes costumam admitir é que Deus não é onipotente no sentido intervencionista. Ele não pode tudo. Não pode, por exemplo, nos arrancar a liberdade com a qual ele mesmo nos criou. Deus também não pode não nos amar, pois o amor mesmo o constitui; nem pode nos forçar a amá-lo. Logo, dizer que Deus é todopoderoso ou onipotente significa outra coisa que não o fato de ele poder tudo. A respeito disso, os próprios evangelhos são cuidadosos em nos mostrar Jesus humilde e servidor e não como um poderoso (*kratós*); nós é que fizemos isso depois, com o ícone *Pantocrator* (todopoderoso). Antes os evangelhos preferiram falar da autoridade de Jesus, de seus atos de poder que atestam essa autoridade e, sobretudo, do serviço. Autoridade e serviço estão inter-relacionados, pois a autoridade se mostra na potencialização do outro, em fazer o outro crescer (*auctoritas*= autor; *augere*=fazer crescer). O Pai que Jesus mostra é o Deus todo-amoroso, e é nesse amor que está sua onipotência. Deus é onipotente no amor. Nele, nos faz livres, inclusive para renunciar à sua amizade e à sua presença; algo muito parecido dizia o filósofo existencialista cristão Kierkegaard (2005), Deus é onisciente no amor; seu amor não desconhece nenhum recôndito de nossas finitudes e zela por nós como um pastor por seu rebanho. É onipresente no amor, pois sua companhia amorosa é certa, como a de uma mãe que segura a mão do filho doente, mas sem poder arrancar-lhe a dor.

Alguns então, poderão objetar: por que quereríamos um Deus assim? A estes, Deus se mostra manco, aleijado, impotente, pois o amor não lhes basta. Poderíamos devolver uma pergunta: o que querem esses que dizem crer: Deus ou seus milagres? E, depois, um Deus que nos ama assim, não é um Deus ausente, mas é parceiro da Vida e está ao nosso lado na defesa da mesma. Nós não temos um Deus aleijado, mas um Deus que se põe conosco no combate contra o mal e contra o sofrimento. Em Jesus Cristo, sabemos que nosso Deus é um Deus crucificado. Está junto dos que sofrem e padecem. E os que sofrem e padecem são ungidos com sua presença. Sobre isso os evangelhos também nos entregam uma experiência incontornável. Na cruz, não se explica filosoficamente a razão do mal e do sofrimento. Nela não se dá nenhuma resposta para o porquê do sofrimento. No alto do madeiro da maldição, apenas se mostra o que Deus fez diante da pergunta do mal. Ele se comunicou inteiramente por meio de seu Filho; na entrega do Filho, o Pai entregou seu tudo, para combater o mal e o sofrimento. Essa entrega de vida no amor sinaliza para os cristãos que há um caminho de verdade e vida. Antes de respondermos à questão irrespondível do porquê do mal, estamos

autorizados e engajados a combatê-lo no amor, que é serviço e doação de vida. É na fragilidade do amor, que somos fortes (1Cor 12,10).

Logo, melhor mesmo é deixar sem explicação aquilo que não tem explicação. A natureza não cansa de nos surpreender e não temos, apesar de nosso desejo inconfessável de onipotência, controle sobre ela; não inteiramente, ao menos. Nesse sentido, insistir em falar de Deus onipotente, entendendo-o como alguém que tem controle de tudo, diz mais de nós do que de Deus mesmo: revela o sonho inconfesso, segredo em nosso coração, de tudo dominar e tudo poder.

Um pouco de humildade faz bem à teologia. Resta, no império da linguagem que inventamos, um estranhamento diante da vida, que não é possível reduzir ao tesouro de nossas palavras e conhecimentos. É prudente à religião não querer explicar os meandros de toda a realidade (como se fosse possível), e não enfiar Deus em tudo o que a gente não sabe dizer ou entender. Deixemos Deus seguir sendo o Mistério de nossa Vida, aquele que sem responder às nossas perguntas, sem se reduzir ele mesmo a tudo que podemos falar, nos ajuda a criativamente fazer algo com o estranhamento de existir.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas: Papirus, 1988.

BERGER, Peter. **Um rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Petrópolis: Vozes, 1974.

CALIMAN, Cleto (org.). **A sedução do sagrado**: o fenômeno religioso na virada do milênio. Petrópolis: Vozes, 1998.

EAGLETON, Terry. **A morte de Deus na cultura**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

FEUERBACK, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOSSION, André. La nécessaire révision des représentations religieuses aujourd'hui. **Lumen Vitae**, v. 65, n. 4, 2010. p. 365-382.

FOSSION, André. **O Deus desejável**: proposição da fé e iniciação. Tradução de Paulo Sérgio Carrara e Solange Maria do Carmo. São Paulo: Loyola, 2015.

GESCHÉ, Adolphe. **Deus para pensar**: Deus. Tradução de Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 2004.

GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. **As dez heresias do catolicismo atual**. Petrópolis: Vozes, 2015.

- GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. **Confio**: comentário ao credo cristão. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GUNJEVIC, Boris; ZIZEK, Slavoj. **O sofrimento de Deus**: inversões do Apocalipse. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- KIERKEGAARD, S. As obras do amor. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LIBÂNIO, João Batista. **A religião no início do novo milênio**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARDONES, José Maria. **Matar nossos deuses**: em que Deus acreditar? São Paulo: Paulus, 2015.
- MARTIN VELASCO, Juan. **El malestar religioso de nuestra cultura**. Madrid: Paulinas, 1993.
- MOLTMANN, Jürgen. **O Deus crucificado**: a cruz de Cristo como base e crítica da teologia cristã. Tradução Juliano Borges de Melo. Santo André: Academia Cristã, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- SOULETIE, Jean-Louis. Faut-il le scandale de la croix pour faciliter l'accès des jeunes au Christ en catéchèse? **Lumen Vitae**, v. 61, n. 1, 2006, p. 23-32.
- SOULETIE, Jean-Louis. **La crise, une chance pour la foi**. Paris: Les Editions Ouvrières, 2002.
- TORRES QUEIRUGA, Andres. **Fin del cristianismo premoderno**: retos hacia un nuevo horizonte. Santander: Sal Terrae, 2000.

Recebido em: 29.04.2020
Aprovado em: 02.07.2020